

SUSTENTABILIDADE: A BUSCA DE UM CONCEITO

por Zander Navarro



Marcos Esteves / Embrapa

Zander Navarro



Pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação

Campos de atuação:

Sociologia dos processos sociais rurais; Estudos sobre o desenvolvimento (agrário e rural); Movimentos sociais e organizações rurais; Processos de democratização em regiões rurais; Teoria sociológica; História agrária do Brasil; Teorias democráticas; Participação social Processos de democratização.

Tem sido sugerido que a Rio+20 estabeleça “metas de desenvolvimento sustentável”, em correspondência com as ainda vigentes “metas de desenvolvimento do milênio”. Essas últimas, inicialmente recebidas com enorme ceticismo, acabaram se mostrando viáveis e a maioria dos países conseguiu atingir expressiva parte dos objetivos estabelecidos. Por que não fazer o mesmo em relação ao “desenvolvimento sustentável”, concordando com um conjunto de metas a serem concretizadas em um prazo razoável?

Ainda que a conferência aprove a recomendação e institua novos “objetivos globais”, é improvável que os países se esforçarão em realizá-los. É assim porque a expressão contém o termo “sustentável”, o qual foi popularizado pelo conhecido “Relatório Brundtland” (1987), mas já nasceu como uma noção ambígua e relativamente obscura. Com o passar dos anos, “sustentabilidade” se tornou palavra ainda mais confusa e vaga, passando a abarcar quase tudo e em quase todas as situações. Perdeu-se assim a chance de delimitar com maior precisão as ações dos cidadãos e dos governos que reorientassem o padrão civilizatório sob o qual vivemos, ajustando-o às exigências econômicas, sociais e ambientais de nossos tempos.

Considerem-se dois aspectos como ilustração. Em sua origem, a definição de sustentabilidade tornada popular sugeria que um padrão sustentável deveria garantir “as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Talvez por ser formulação demasiadamente simples, foi difundida amplamente, sem que fosse devidamente problematizada. O que seriam “necessidades”? Qualquer leitura de costumes e padrões de consumo indicará que necessidades variam entre diferentes culturas e sociedades e, em especial, mudam

com o tempo, em função das transformações sociais e econômicas. Dessa forma, é certo que as necessidades das gerações futuras serão radicalmente diferentes daquelas da geração atual. Mas, se não sabemos quais serão, como iremos preservá-las? A fórmula inicial é, portanto, pelo menos contraditória.

Outro aspecto diz respeito aos conhecidos “pilares” da sustentabilidade. Enquanto o entendimento sobre os pilares econômico e ambiental avançou mais no período, no tocante à sua operacionalização, especialmente por serem crescentemente quantificáveis, o pilar “social” da sustentabilidade mantém-se em plano exclusivamente retórico, e provavelmente assim permanecerá. A razão é simples: os objetivos usualmente apontados para configurar a “sustentabilidade social” requerem mudanças fundamentais, quase os pressupostos, do regime econômico sob o qual vivemos. Para mudá-lo, no entanto, é preciso uma ampla concordância política e, principalmente, a existência de outro regime que substitua o capitalismo. Esses modelos existem? Em especial, há uma vontade política geral que demande outra ordem social e econômica que possa reger nossa sociedade? É irrealista supor que esta transição é factível em prazo histórico discernível.

São apenas duas ilustrações das profundas inconsistências da noção de sustentabilidade, que ainda está longe de ser propriamente um conceito. Por esta razão, este norte de transformações na sociedade é muito mais um valor geral em construção, uma meta futura, quase uma utopia. Mas os esforços realizados, em todos os campos, inclusive na pesquisa agrícola, são extremamente relevantes para ir somando avanços graduais na direção de um renovado e distinto padrão civilizatório. Ainda que seja meta para um futuro muito distante. •